

RECURSO ESPECIAL Nº 1.349.241 - SP (2012/0131367-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : VRG LINHAS AEREAS S.A
ADVOGADOS : JUAN MIGUEL CASTILLO JÚNIOR E OUTRO(S) - SP234670
MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA E OUTRO(S) - SP297551
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por VRG LINHAS AÉREAS S.A, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra assim ementado:

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA. Transporte aéreo. Proibição de que a companhia aérea apresente a seus usuários com deficiência física, termo de isenção de responsabilidade sobre o transporte de cadeiras de rodas e acessórios. Tutela de interesses difusos configurada. Legitimidade do Ministério Público. Existência de provas suficientes da prática abusiva. Pedidos procedentes. Recurso desprovido (fl. 321).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 128, 131, 165, 333, I, 458, II, 460, 469 e 535, II, do CPC/73, 25, IV, da Lei 8.625/93 e 81 do CDC.

Alega, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, ilegitimidade ativa do Ministério Público, julgamento *extra petita* e ausência de nexo de causalidade entre o evento narrado pelo autor e qualquer ato praticado por funcionário da empresa.

Contrarrazões às fls. 446/461.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

O acórdão recorrido manteve a sentença que "julgou procedente a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado [de São Paulo] em face de VRG Linhas Aéreas S/A [...], para determinar à ré que se abstenha de apresentar aos usuários com deficiência física, para assinatura, um termo de isenção de responsabilidade sobre o transporte de cadeiras de rodas, sob pena de desobediência e multa diária pela transgressão, a ser deliberada oportunamente" (fl. 321).

A recorrente alega, de início, omissão acerca da seguinte questão suscitada

em embargos de declaração:

43. Bem constou no embargos de declaração que "entende a embargante que, não tendo o MPSP demonstrado que atua na proteção da coletividade - pois, nos autos, de fato, apenas a reclamação constante, no Inquérito Civil possui o mínimo de plausibilidade, superando a esfera de mera suposição -, é sine qua non que esta c. Câmara **manifeste-se de forma expressa acerca da possibilidade/impossibilidade do manejo de ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo para tutelar o direito de apenas um cidadão** (fl. 380).

Sem razão, conforme se depreende de trecho do acórdão recorrido a seguir reproduzido:

Em primeiro lugar, a presente ação visa resguardar o direito de toda a coletividade de pessoas com deficiência física, que façam ou venham a fazer uso dos serviços de transporte aéreo de pessoas, e que necessitem do uso de cadeiras de rodas ou de outros equipamento imprescindíveis à sua locomoção. Patente, portanto, o caráter difuso do interesse tutelado, evidenciando não só legitimidade do autor como a adequação da via eleita (fl. 322).

Prossegue a recorrente, alegando violação dos arts. 25, IV, da Lei 8.625/93 e 81 do CDC, ao argumento de que "o caso dos autos versa sobre direitos individuais disponíveis e não homogêneos" (fl. 383).

A teor das razões, "o item 4 da exordial não deixa margens de dúvidas no sentido de que os eventuais fatos descritos na inicial envolveriam apenas casos pontuais (o que, em momento algum, é refutado pelo recorrido). Além disso, para corroborar a ausência de prejuízo à coletividade, convém registrar que a denúncia que originou o inquérito civil foi calcada em palavras de uma única pessoa e, ainda, sem a apresentação de qualquer documento capaz de comprovar que a recorrente estaria, realmente, adotando os procedimentos alegados na singela denúncia" (fls. 383/384); "ainda que se estivesse diante da hipótese de direitos individuais homogêneos de consumidores, o que se admite apenas por argumentar e em atenção ao princípio da eventualidade, não estaria o MPSP legitimado para atuar em sua defesa, pois tais interesses não estão marcados pelo aspecto da indisponibilidade, requisito expressamente exigido no artigo 25, IV, a, da Lei 8.625/93, para caracterizar a legitimação extraordinária do Ministério Público em sede de Ação Civil Pública" (fls. 383/384); "Em outras palavras: não há que se falar em interesses indisponíveis pois atingem, apenas e tão-somente, a esfera patrimonial particular de cada consumidor que supostamente teria que assinar termo de isenção de responsabilidade pelo transporte de

cadeira de rodas, não interessando, pois, à ordem pública ou a todos consumidores Também não há, como já dito, qualquer interesse social relevante na proteção desses interesses, justamente porque não desbordam da estrita esfera particular dos indivíduos" (fl. 385)

Segundo a jurisprudência desta Corte, "o Ministério Público está legitimado a promover ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos disponíveis, quando constatada a relevância social objetiva do bem jurídico tutelado" (AgRg no REsp 1261198/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe, 1.9.2017).

Confirmam-se, ainda:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 2. APLICAÇÃO DO CPC/1973. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. TELEFONIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM DIANTE DA RELEVÂNCIA SOCIAL DA QUESTÃO. ALTERAÇÃO DE PREMISSAS FÁTICAS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. A decisão que deu ensejo ao recurso especial foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, conforme certidão às fls. 775, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 do Plenário do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no AREsp 849.405/MG. Quarta Turma, Julgado em 5/4/2016)

2. Deve ser afastada a aventada afronta ao art. 535, II, do CPC/1973, pois o Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada.

3. No caso, o julgamento do feito apenas se revelou contrário aos interesses da parte recorrente, circunstância que não configura omissão, nem contradição ou obscuridade, tampouco erro material.

4. Os embargos de declaração não constituem meio idôneo a sanar eventual error in iudicando, não lhes sendo atribuível efeitos infringentes caso não haja, de fato, omissão, obscuridade ou contradição.

5. Conforme orientação do STJ, "O Ministério Público está legitimado a promover ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos, quando constatada a relevância social objetiva do bem jurídico tutelado" (REsp 1.586.515/RS, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 22/05/2018, DJe 29/05/2018).

6. Na hipótese dos autos, a Corte local categoricamente consignou que os interesses em debate assumem evidente relevância social, o que autorizaria a propositura da Ação Civil Pública pelo Ministério Público.

7. Desse modo, qualquer dos argumentos suscitados no apelo especial somente poderia ter sua procedência verificada mediante o reexame das

provas, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa da estampada no acórdão recorrido, reavaliar o conjunto probatório. Incidência dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

8. Agravo Interno não provido (AgInt no AREsp 896824/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe, 16.10.2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. DESCONTOS ABUSIVOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. PRINCÍPIO DA ASSERÇÃO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E DIFUSOS.

1. Rejeitados os embargos de declaração opostos por corré, inexistente obrigação de ratificar o presente agravo regimental, interposto anteriormente pela ora agravante, também ocupante do polo passivo.

Sobre o tema, destaca-se o recente cancelamento do enunciado n. 418 da Súmula do STJ (1º.7.2016) e o acórdão proferido na Questão de Ordem no REsp n. 1.129.215/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 3.11.2015.

2. A jurisprudência desta Corte Superior adota a teoria da asserção, segundo a qual a presença das condições da ação, entre elas a legitimidade ativa, é apreciada à luz da narrativa contida na petição inicial, não se confundindo com o exame do direito material objeto da ação, a ser enfrentado mediante confronto dos elementos de fato e de prova apresentados pelas partes em litígio.

3. O interesse tutelado nesta "ação coletiva de consumo", além de sua relevância social, transcende a esfera de interesses dos efetivos contratantes, tendo reflexo em uma universalidade de potenciais consumidores indetermináveis de plano, que podem, igualmente de forma sistemática e reiterada, ser afetados pela prática apontada como abusiva, massificando o conflito. Alcança, portanto, direitos individuais homogêneos e difusos, estando caracterizada a legitimidade ativa do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para propor a ação, sendo irrelevante a disponibilidade do direito envolvido na lide.

4. Na linha da jurisprudência desta Corte, o Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública e ação coletiva com o propósito de velar por direitos difusos e, também, individuais homogêneos dos consumidores, ainda que disponíveis.

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 932.994/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 22.9.2016).

RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO GRATUITO DE PESSOAS DEFICIENTES. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO

PÚBLICO. LEI 8.899/94. NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO. RISCO DE DESEQUILÍBRIO NO CONTRATO DE CONCESSÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REVOGAÇÃO.

1. O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em favor dos portadores de deficiência física.

2. Em homenagem ao equilíbrio do contrato de concessão, revoga-se antecipação de tutela que obriga as empresas aéreas a transportarem, gratuitamente, pessoas portadoras de deficiência. Para que tal aconteça é necessário que exista regulamentação específica da Lei 8.899/94, com a previsão da contrapartida financeira, de responsabilidade do Estado (REsp 677.872/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Terceira Turma, DJ, 8.5.2006, p. 202).

Na espécie, consoante anotado pelo tribunal estadual, "a presente ação visa resguardar o direito de toda a coletividade de pessoas com deficiência física, que façam ou venham a fazer uso dos serviços de transporte aéreo de pessoas, e que necessitem do uso de cadeiras de rodas ou de outros equipamento imprescindíveis à sua locomoção" (fl. 322).

O interesse tutelado transcende à esfera individual do consumidor reclamante, evidenciando-se a relevância social.

Nesse contexto, o tribunal *a quo* decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte.

Quanto à alegação de sentença *extra petita*, argumenta a recorrente:

Constou na r. sentença, mantida pelo v. acórdão, que a causa de pedir está restrita a vedação de que a recorrente exija que seus passageiros assinem prévio termo de isenção de responsabilidade pelo transporte de cadeira de rodas e seus acessórios, independentemente destes estarem danificados ou não. [...] Contudo, o dispositivo da r. sentença, de maneira contraditório e sem se restringir ao pedido da ação, julgou procedente o pedido para impedir que a recorrente exija que *toda e qualquer passageiro* assine o mencionado termo, independente de o bem transportado estar avariado ou não e sem limitar tal vedação à cadeira de rodas e seus acessórios (fl. 388).

Reproduz o dispositivo da sentença:

Do exposto, julgo procedente a ação condenando o réu na imediata cessação da prática abusiva historiada pelo autor, de subscrição pelos usuários do transporte aéreo de termo de isenção de responsabilidade, sob pena de desobediência e cominação de multa diária pela transgressão, extinguindo processo com resolução do mérito, art 269,

I, do Código de Processo Civil, isento de custas e sem honorários advocatícios (fl. 388).

O tribunal estadual entendeu que "a sentença não desbordou dos limites do pedido. Como corretamente assinalado pela ilustre Procuradora deste Sodalício, **o decreto de procedência foi para obstar a 'prática abusiva historiada pelo autor'. Inexiste, portanto, a possibilidade de extensão dos efeitos do julgado a toda a gama de usuários de seus serviços, indiscriminadamente, e a todos os tipos de bagagens que não aqueles essenciais à locomoção dos portadores de necessidades especiais**" (fls. 322/323).

Com efeito, o dispositivo da sentença foi expresso no sentido de determinar a "cessação da prática abusiva historiada pelo autor". A decisão foi proferida nos limites do pedido formulado pela parte autora, não configurando julgamento *extra petita*.

Para que haja julgamento *extra petita* faz-se necessário que tenha sido julgada questão diversa da pretendida pela parte autora – o que, no caso, não ocorreu.

A propósito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não configura julgamento *extra petita* a decisão exarada nos limites do pedido inicial formulado pela parte, que deve ser interpretado lógica e sistematicamente, considerando-se o pleito de forma global, uma vez que cabe ao magistrado proceder à análise ampla e detida da relação jurídica posta. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1206787/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, Desembargador convocado do TRF 5ª Região, Quarta Turma, DJe, 13.4.2018).

Prosseguindo, a parte alega que: "inexiste nexo de causalidade entre o evento narrado na exordial e qualquer ação perpetrada por funcionário da recorrente, de modo que o recorrido evidentemente não cumpriu o ônus que lhe competia" (fl. 392); "jamais exigiu que passageiros assinassem termo de isenção de responsabilidade para que cadeiras de rodas fossem transportadas" (fl. 392); "efetivamente não possui tal exigência e seus funcionários não são orientados a adotar tal prática, de modo que desconhece tal medida; assim,

evidentemente não assinaria Termo de Ajustamento de Conduta para obstar a prática de ato que não pratica" (fl. 393); "inexiste nestes autos qualquer documento ou prova que possa evidenciar que a recorrente estaria a praticar o ato disposto na exordial" (fl. 393); "que não pode fazer prova negativa" (fl. 394); "o documento constante à fl. 44 dos autos não possui relação com a causa de pedir desta demanda, trata-se de antiga etiqueta utilizada apenas para atestar que o bem despachado apresenta alguma avaria" (fl. 394); "no check-in, ao despachar seus pertences, caso seja constatada a existência de uma avaria na mala do passageiro, é feita uma observação no *Limite de Responsabilidade*, que, após assinada pelo consumidor, é colada própria bagagem, ou seja, não fica retida com a recorrente" (fl. 394); "o mencionado *Limite de Responsabilidade* (fl. 197) certamente não é o que deu lastro à propositura desta demanda, pois, bem demonstrado que só pode ser utilizado quando o bem (como uma cadeira de rodas) estiver danificada" (fl. 395); as declarações mencionadas no acórdão recorrido "são desprovidas de reconhecimento de firma e, assim, sem qualquer comprovação de que foram assinados pelas pessoas que ali constam, não descrevem os vôos, períodos e aeroportos nos quais teriam ocorrido as imposições do mencionado termo, muito menos se tal prática teria sido perpetrada pela recorrente ou por outra companhia aérea, impossibilitando a checagem de informações" (fl. 395).

A teor das razões recursais, não foi demonstrado que a recorrente exigiu que os passageiros assinassem termo que a isentasse da reparação de eventuais avarias no transporte cadeira de rodas.

O tribunal estadual, entretanto, apreciando o acervo fático-probatório, concluiu pela existência de provas suficientes da prática abusiva.

... ao reverso do que tenta fazer crer a recorrente, há provas suficientes da conduta noticiada na inicial.

Com efeito, prestando esclarecimentos junto ao "Grupo de Atuação Especial de Proteção Pessoas com Deficiência Física" do MP, a representante da VRG não foi capaz de elidir a ocorrência de tal prática. Mostrou-se surpresa, é certo, com relação à conduta atribuída aos funcionários da Gol, haja vista que a orientação da Companhia seria no sentido de indenizar cadeiras de rodas avariadas durante o transporte. Todavia, acenou para a possibilidade de que os fatos fossem decorrência de uma interpretação equivocada das normas superiores por parte dos prepostos (fls. 22/23).

Novamente ouvida, reiterou as afirmações anteriores, no sentido de que "tal conduta, quando adotada, é fruto de equivocada interpretação das orientações, tendo a Dra. Luana apresentado, nesta audiência, orientações escritas que foram expedidas pela Direção da Empresa, aos funcionários dos aeroportos que prestam atendimento aos passageiros para que se abstenham desse procedimento" (fls. 42).

A aludida "orientação", juntada às fls. 44, trata, justamente, do uso da "Etiqueta de Limite Responsabilidade - LR" ("Manual" ou "Automática"), destinada a "bagagem danificada e/ou inadequada". E consigna expressamente ao final: "NOTA: Cadeira de rodas, Carrinho de bebê, Bebê Conforto e AVIH não se aplicam a etiqueta LR, exceto se algum destes itens no momento do check-in forem identificados como danificado (quebrado, rasgado etc...), devemos informar ao cliente o procedimento e solicitar a assinatura da etiqueta LR".

O procedimento inicial do MP foi convolado em Inquérito Civil e às fls. 55, a Dra Luana negou-se a assinar o Termo de Ajustamento de Conduta, sob o fundamento de que "funcionários da empresa foram treinados adotarem o procedimento padrão, do qual não consta esse tipo de irregularidade. Também foram intensificados cursos de capacitação, entendendo a companhia que essas medidas sejam suficientes para coibir essa conduta...".

De mais a mais, contrariando a tese desenvolvida na contestação, o autor apresentou a representação subscrita pelo senhor Luiz Baggio Neto e pela Deputada Estadual Célia Leão, ambos "cadeirantes". E, durante a instrução, juntou matéria publicada pela Rede Saci ("organização idônea, atuante na defesa dos interesses das pessoas portadores de deficiência", cf. fls. 269), na qual a jornalista Adriana Lage descreve a mesma conduta abusiva tratada nos autos (vide fls. 132).

Não há controvérsias sobre a ilegalidade da prática. E nem poderia ser diferente, diante de flagrante infração a direitos básicos de consumidores e à obrigação do transportador de levar incólume a bagagem de seus usuários, desde o embarque ao seu destino final (fls. 23/324).

Nesse contexto, eventual alteração desse entendimento, nos moldes postulados pela recorrente, demandaria, necessariamente, revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ).

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 04 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator